

## REPENSAR A GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: o caso de Santa Maria/RS

Cristina Brust,  
Isabel Cristina Baggio,  
Matheus Francisco Saldanha Filho

### Resumo Abstract

Esta pesquisa buscou verificar, através de um estudo de caso, como foram implementadas as políticas públicas de esporte e lazer no município de Santa Maria/RS, no período de 2001-2004. Através de entrevistas e análise de documentos, constatou-se que os objetivos das políticas da área visavam a conquista da cidadania através da participação popular e inclusão social. Concluímos que apesar de haver muitos avanços, para que seja alcançado o fim proposto, o município deve considerar o

This research tried to verify, through a specific study case, the way public policies were implemented in leisure and sport activities in Santa Maria, RS, Brazil, from 2001 to 2004. Using interviews and the analysis of documents, it was seen that the political objectives of this field looked for the popular citizenship through the social participation and social inclusion. We concluded that, in spite of having good advances, in order to get the proposed final objective, the town must consider the sport and leisure

esporte e o lazer em toda a sua abrangência social, envolvendo ainda mais todas as secretarias municipais numa ação articulada e integrada. Palavras-chave: políticas públicas - esporte e lazer - participação popular

activities in all its social part, involving more and more the municipal secretariat in integrated and articulated actions. Keywords: public politics – sport and leisure – popular participation

## Introdução

Os programas de políticas públicas de esporte e lazer têm estado em pauta nos últimos anos, buscando atender a uma demanda social crescente que é a necessidade de atividades de lazer para o tempo livre da população de nossas cidades. Este espaço do ócio é resultado de uma nova configuração do trabalho na reestruturação do capitalismo, onde cada vez mais o tempo é controlado pelas necessidades do mercado, o que vem gerando mudanças culturais na população. Como conseqüência o esporte e o lazer vem ganhando um novo papel na organização urbana, relacionado ao bem-estar das populações.

No cenário do poder público, a realização da I Conferência Nacional de Esporte e Lazer demonstra a grande necessidade de debate que existe na área. O espaço proporcionado para isto resultou numa primeira grande sistematização que, além de expressar as diversas experiências em todo o país, propõe

mudanças na participação da comunidade na execução destas políticas públicas, apontando novas formas de interferência e controle social, num sistema mais centralizado e regionalizado.

Estas políticas deverão atingir todos os segmentos sociais e a periferia da cidade, buscando a distribuição democrática de recursos existentes com prioridade dos recursos públicos para recreação e lazer, incorporando à dinâmica da cidade, as práticas corporais e esportivas como direito assegurado de afirmação cultural e de cidadania. Considerando que a partir de resoluções de uma Conferência, que é uma das formas de democratização do estado defendida por governos populares, pautam-se diretrizes políticas, este documento é reconhecido como norteador para ações que desencadeariam processos de inclusão social, numa lógica de inversão de prioridades.

Através da busca por trabalhos relacionados com políticas públicas, verificou-se a carência de estudos relacionados com esporte e lazer na cidade de Santa Maria. A partir disto, surge a justificativa des-

ta pesquisa em buscar compreender as políticas públicas de esporte e lazer no município e analisar como as mesmas foram adotadas no período de 2001-2004.

## Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como sendo um estudo de caso e para a realização do mesmo foi utilizada a análise de documentos da I Conferência Municipal de Esporte e Lazer, leis municipais relacionadas à área e entrevistas com profissionais da Secretaria de Município de Esportes e Lazer (SMEL). Utilizou-se a triangulação de dados, a qual consiste no uso de várias técnicas de coletas de dados, que proporciona uma visão ampla da complexidade do estudo, além de ajudar o problema da limitação do método (MANION apud MOLINA NETO, 1999).

Neste estudo, foram contrastadas as análises dos documentos com as entrevistas realizadas com os profissionais da SMEL evidenciando as questões que norteiam a construção das políticas públicas de esporte e lazer.

## As políticas públicas de esporte e lazer: uma visão de gestão democrática

Políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam a garantia dos

direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana (CARVALHO et al, 2002). Estas extrapolam a dimensão do estado e referem-se a todos os espaços e formas de organização social que buscam meios de concretização dos direitos humanos. Na esfera estatal, no nosso país, as políticas públicas e sociais têm sido garantidas por lei e atendido direitos à saúde, educação, habitação, entre outras. Entretanto, quando se refere ao lazer e ao esporte, embora se constate que tais políticas tenham sido estabelecidas em diferentes períodos da história política brasileira, foi somente a partir de Constituição de 1988 que estes campos foram contemplados como direitos sociais.

Os Art 6º e 217 da Constituição Federal Brasileira de 1988 são trunfos legais da participação do poder público na educação física, esporte e lazer. Reflete esta nova tendência onde estabelece como dever do estado fomentar práticas esportivas, como direito de cada um, observando algumas ressalvas. A nova ordem jurídica desta constituição determina a descentralização no que se refere ao desenvolvimento de ações, programas e projetos em todos os setores de atuação, conseqüentemente, o sistema de educação física e desporto seguem a mesma orientação.

O Brasil, como a maioria dos países sul-americanos, vive os

efeitos de um processo social determinado pela globalização da economia, alicerçada no capital financeiro de caráter especulativo, possuindo uma sociedade marcada por profundas desigualdades, onde uma grande parcela da população é condenada à miséria absoluta. Neste sentido há uma luta por vários setores da sociedade e, sobretudo, um desafio histórico no campo político e econômico para superar este quadro.

As políticas públicas de cunho social surgem como uma possibilidade de contemplar a diversidade das necessidades de vários segmentos sociais, entretanto é necessário um grande planejamento, visto que o desenvolvimento social não está simplesmente atrelado ao desenvolvimento econômico de uma forma linear. Numa concepção político-ideológica de esquerda é necessário que as estratégias de ação para que este desenvolvimento aconteça se dê através do exercício da cidadania, com a participação de amplas camadas da população decidindo os rumos da sociedade, superando o caráter assistencialista de redes de proteção existentes em alguns programas governamentais.

Muitos problemas na questão da gestão das políticas públicas vêm sendo enfrentados devido à insuficiência e instabilidade de recursos disponíveis. No Brasil a questão da proteção dos direitos humanos

vem crescendo ao nível de fóruns, legislação, organização da sociedade civil em busca de um comprometimento maior do poder público para superar as condições de pobreza e restaurar a dignidade humana.

Numa concepção democrática de governo, o orçamento público, para muitos especialistas, é um dos instrumentos mais importantes para monitorar as políticas públicas. E isso significa participar da discussão na elaboração das políticas, acompanhar a execução e fazer análises. O acompanhamento destas deve ser feito de forma participativa, sendo uma maneira de pressionar o poder público para agir na busca da promoção do bem comum das populações mais vulneráveis e distantes de políticas públicas de qualidade.

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer vem crescendo nas reivindicações da sociedade pela busca de uma melhor qualidade de vida. A participação popular no planejamento municipal, torna a gestão democrática e faz com que se reflita sobre projetos, esclarecendo seus objetivos e explicitando suas funções sociais sendo construído à base da realidade, atendendo aos interesses de diferentes grupos, instituições e organizações populares.

Os conselhos de políticas exercem o controle público sobre as ações e decisões governamentais, discutem projetos e os tornam pú-

blicos, deliberam sobre questões relacionadas ao que lhes é comum, estabelecem acordos e alianças, explicitam conflitos, atuando em espaços que permitem a negociação, a pactuação e a construção de consensos que viabilizam a operacionalização dos sistemas.

Os conselhos institucionalizam a participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação da política. Na fase de formulação deve-se contemplar etapas como pesquisa do assunto, retrospectiva da situação atual e prospectiva daquela que se quer alcançar. Depois de formulada, inicia-se a implementação através de mecanismos e órgãos existentes ou criados especialmente para o caso. Após, parte-se para a avaliação desta política, quando os resultados obtidos são comparados com as metas definidas anteriormente. É nesta fase que se efetiva o redirecionamento e as ações que deverão ser implementadas para que se possa atingir a meta desejada.

A Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS, no período de 2001-2004, foi administrada pela Frente Popular. Sabendo que as administrações conduzidas por governos de esquerda priorizam as questões sociais, seu modelo de gestão pública busca ser democrático e participativo, manifestando-se, principalmente, nas negociações democráticas em espaços de debates públicos, como o Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo (OP) é um dos fóruns mais democráticos na definição dos investimentos prioritários para a população, tendo também como objetivo formar o cidadão, permitindo que ele se reúna, discuta e compreenda a complexidade da construção de um orçamento. Conforme o estatuto do PT (2001), e leituras sobre administrações populares, em Santa Maria o OP busca reduzir distâncias entre a comunidade e a administração municipal através da participação direta do cidadão num processo onde a democracia representativa e a democracia direta ampliam a ocupação dos espaços públicos pela sociedade civil, através de discussões e decisões coletivas.

É nesse espaço de promoção de protagonismo social, que a Administração Popular, em conjunto com a sociedade, constrói um modelo de gestão pública democrática, em que todos os cidadãos de Santa Maria podem participar de forma direta, voluntária e universal na decisão sobre os gastos públicos. Com esse modelo, a gestão é democratizada, gerando um controle social nas ações do governo, ampliando a transparência no gasto dos recursos públicos e garantindo investimentos nas áreas de maior necessidade para a maioria da população. É um processo constante de avaliação e cobrança, pois mesmo depois

do orçamento pronto e encaminhado à Câmara de Vereadores, o conselho do OP, durante todo o ano, tem a missão de fiscalizar e acompanhar o andamento das obras e execuções dos serviços feitos pela Prefeitura.

Alguns estudiosos da área trabalharam alguns conceitos de esporte e lazer subsidiando a prática pedagógica de algumas administrações populares. Estas buscam questionar, pluralizar o esporte, as regras, os modelos e gestos padronizados, adaptando o esporte à realidade social e cultural dos praticantes. Retiram do esporte a condição de conteúdo prioritário ou exclusivo da organização de aulas e atividades de lazer, tratando-o no âmbito de um programa que contemple o amplo acervo de conteúdos ou temas da cultura corporal, sem hierarquia. Compreendem e fomentam uma compreensão da prática do esporte como direito de desmistificá-lo através de sua oferta, do seu conhecimento, da sua prática prazerosa, com vivências de sucesso para todos.

Autores da área da sociologia evidenciaram a influência recíproca entre esporte e sociedade, principalmente a relação entre os valores da sociedade capitalista e o esporte de rendimento. Considerando-o como fenômeno social, as administrações populares buscam a democratização do acesso ao esporte e lazer como uma política social.

Conforme Linhares (2001), nas administrações públicas, o esporte encontra-se diluído em setores sociais que o instrumentalizam para os mais variados fins, como, por exemplo, atividades meio ou complementar em políticas educacionais e de saúde. Porém, há que se ressaltar a importância do esporte como um bem cultural, historicamente construído pela humanidade e, portanto, passível de ser legitimado como um direito de todos.

O lazer conforme Marcellino (2001) é uma manifestação do ócio, é um espaço privilegiado à efervescência do prazer, que atua no campo da subjetividade e favorece modificações importantes, conceitos, significados e representações da realidade vivida. Para Amaral (2003), lazer é a cultura, compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou não) no tempo disponível.

No Brasil, nas últimas três décadas, o conceito de políticas públicas de esporte e lazer extrapolou a antiga perspectiva, em que predominava o esporte de rendimento, de competição, abrindo espaço para o esporte e lazer popular, estimulando a participação de todos os segmentos da sociedade, através de práticas esportivas formais e não-formais e adaptando-se aos recursos e à cultura popular local.

O município, como espaço democrático, pertence a todos os

cidadãos que participam da discussão e definição de políticas públicas, e que controlam a sua realização com uma cidadania organizada.

Ao assumir a administração municipal em 2001, a Frente Popular, em seu primeiro mandato, encontrou o esporte e lazer vinculado a uma Secretaria Extraordinária de Esportes e Lazer (SEMEL). Contudo, pela análise realizada pela equipe de transição do governo, julgou-se que essa estrutura não era apropriada para os objetivos e planos que se tinham em relação à área de Esportes e Lazer.

Neste sentido a área de esportes e lazer, que estava ligada a um Conselho Municipal de Desporto, criado por uma Lei Municipal em 1965, retornou para a estrutura da Secretaria de Município de Educação (SMED) como uma Diretoria de Esportes e Eventos, porém já com uma estrutura interna que organizou a atual Secretaria de Município de Esportes e Lazer.

Pela falta de autonomia administrativa, de dotação orçamentária própria e percebendo a necessidade de um órgão voltado para a implementação de políticas públicas para o lazer e esporte, se fez necessário um rompimento desta estrutura para uma melhor administração desta área.

Segundo depoimentos colhidos nas entrevistas com os mem-

bros da SMEL (Secretaria de Município de Esportes e Lazer), um elemento que muito contribuiu para a compreensão da importância do papel de um órgão executivo gestor do Esporte Lazer foi a realização da I Conferência Municipal de Esportes e Lazer, que ocorreu em 2001. Esta tinha justamente o objetivo de abrir a todos os segmentos da sociedade as discussões sobre esta temática, proporcionando espaços de reflexão, avaliação e proposição dos princípios, das diretrizes, objetivos, metas e ações no plano municipal das políticas de esporte e lazer. Foram realizadas reuniões preparatórias, onde houve envolvimento de representantes de vários grupos da comunidade que compuseram a comissão organizadora da conferência e também foi realizada uma pré-conferência na qual participaram entidades representativas do esporte e da sociedade, que tinham a responsabilidade de aprofundar as discussões com suas bases e depois levá-las até a conferência. A Conferência se destacou pela responsabilidade de todos refletirem sobre esta temática no município, buscando espaço e garantia de investimento por parte do poder público, a fim de que o esporte e o lazer de fato se constituíssem como um direito do cidadão e um dever do estado. Foram debatidas questões referentes a Gestão das Políticas Públicas de Esporte

e Lazer, Participação e Organização das Comunidades, Qualificação das Práticas de Esporte e Lazer nos Espaços Públicos e Democratização do acesso às práticas de Esporte e Lazer. As principais contribuições para os princípios que devem nortear as políticas públicas apontaram para a participação popular; autonomia da organização comunitária; valorização do ser humano como ser integral; gestão pública da qualificação das práticas; gratuidade; diversidade de práticas oferecidas; difusão de informações, entre outros. Além disso, foram estabelecidas diretrizes e planos de ação que foram gradativamente sendo cumpridos durante o período seguinte.

A importância desse processo, segundo os relatos dos entrevistados e conforme a análise dos documentos, foi a determinação de um espaço único e inédito até então no município, na discussão dos papéis dos órgãos gestores e da sociedade e das problemáticas e questões que envolvem a área nas suas várias dimensões e abrangência, em contraponto à política voltada somente à realização de eventos esportivos como vinha sendo priorizada até então.

O processo de formulação de uma política envolve a discussão de identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, a sua regula-

mentação como política pública. Assim, pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos (CARVALHO et al, 2002).

A partir da realização dessa Conferência, várias ações foram realizadas em respeito às resoluções estabelecidas, uma delas foi o encaminhamento para a Câmara Municipal de Vereadores de um projeto para a reestruturação da Lei do Conselho Municipal do Desporto, como um órgão que garanta participação efetiva de vários segmentos da sociedade, ampliando a representação a outras entidades e grupos organizados ligados ao esporte e lazer que ainda não estavam contemplados, criando, assim, a partir de uma Lei Municipal em 2002, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

Ainda como resultado da mobilização e participação da comunidade que vinha acompanhando as ações da Diretoria de Esportes e Eventos que estabeleceu como um de seus princípios norteadores a co-gestão nas políticas públicas; depois de várias reuniões com lideranças comunitárias e esportivas; debates com o poder executivo e realização de audiências públicas, foi criada,



em 2002, a Secretaria de Município de Esportes e Lazer (SMEL) para melhor atender o município nesta questão. Suas diretrizes buscam seguir os princípios da administração popular: Resgate da Cidade, Inclusão Social e Participação Popular.

Com este desafio estabeleceu-se um vínculo com a população através da participação, inclusão e qualificação das práticas e dos espaços constituídos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a conquista da cidadania. Conforme os documentos analisados que subsidiam a criação da SMEL, a prática de atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer por toda população representa um conjunto de elementos que contribuem para o bem estar físico e mental, para a promoção da saúde, o aproveitamento do tempo livre e a elevação da qualidade de vida sendo instrumentos de educação permanente dos indivíduos; através da inclusão e integração dos mesmos devem contemplar toda a população, respeitando as características e necessidades específicas, dando ênfase aos cidadãos mais excluídos. Isso se faz com atividades lúdicas, prazerosas, que consideram a identidade cultural e a realidade dos grupos inseridos em um contexto histórico específico, buscando a construção de uma sociedade igualitária, inter-relacionada, democrática e livre.

Outra ação realizada foi a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Desportivo e de Lazer (FUMDDEL) através de uma Lei Municipal em 2003, com a finalidade de prover recursos e dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter desportivo, que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes no Plano Municipal de Lazer, Desporto e Recreação.

Conforme depoimento dos membros da SMEL e análise dos documentos e relatórios, bem como visitas à campo, em relação à organização interna, a Secretaria de Município de Esportes e Lazer é administrada através de quatro coordenadorias as quais trabalham interligadas, porém possuem atribuições específicas para melhor atender as demandas e a comunidade, nas várias dimensões que o esporte e o lazer se manifestam.

A Coordenadoria Administrativa tem a função de implementar o horário comunitário nos espaços públicos, previamente cadastrados, destinados ao esporte e ao lazer, reforçando o caráter público dos mesmos, buscando a democratização do acesso a estes e apoiando os eventos de esporte e lazer.

O acompanhamento das obras de infra-estrutura de esporte e lazer busca considerar o impacto ambiental. Esta é uma ação importante devido à grande carência de espaços físicos e equipamentos des-

tinada ao esporte e lazer, ligados a uma falta de planejamento histórico e ao crescimento desordenado da cidade. Muitas ações desta coordenadoria são realizadas através de parcerias entre o poder público e as comunidades. Vale ressaltar que muitas obras realizadas foram demandadas do O.P. encaminhadas por grupos populares organizados (associação de skatistas, associações comunitárias), que garantiram o investimento em regiões periféricas e obras específicas desta temática. Na fala do entrevistado evidenciou-se a preocupação com a inclusão social, na tentativa de devolver os espaços públicos de espaço e lazer para a população.

A Coordenadoria de Esporte de Lazer e Recreação Comunitária no início da gestão, constatou o descaso dos órgãos públicos, bem como o abandono e desinteresse pelas infra-estruturas destinadas ao esporte e lazer. Com isso, buscou viabilizar políticas públicas alternativas para atender as várias demandas.

Há uma interface com a Secretaria de Município de Saúde em que são ministradas palestras e atividades físicas orientadas em vários Postos de Saúde do município para pessoas portadoras de diabetes e hipertensão, enfatizando a importância da atividade física para uma melhor qualidade de vida.

A fim de descentralizar e democratizar o acesso ao esporte e

lazer com qualidade, invertendo prioridades, uma das primeiras metas foi a implementação, junto a periferia urbana da cidade, de vários Núcleos de Esporte e Lazer, juntamente com a confecção de materiais alternativos de recreação. Os Núcleos se localizam junto a espaços públicos (escolas, praças, campos) e entidades civis parceiras nesse projeto (clubes sociais esportivos, empresas, associações comunitárias, salões paroquiais, Centros de Tradição Gaúcha - CTGs), onde são realizadas atividades com diversas manifestações da cultura corporal de movimento e com faixas etárias variadas. Algumas lideranças comunitárias têm uma participação mais efetiva, sugerindo, participando, reivindicando e colaborando para o desenvolvimento do núcleo. É importante ressaltar que esta coordenadoria tem um contato estreito com as comunidades, acompanhando, além das atividades sistemáticas, as solicitações esporádicas e de eventos pontuais feitas pelas mesmas. Na entrevista ficou evidente a preocupação deste coordenador com a descentralização das ações, oferecendo às pessoas que estavam excluídas alternativas reais de participação nas atividades de esporte e lazer nas suas comunidades.

A Coordenadoria de Esporte Educacional tem a atribuição de promover discussões em

torno da problemática da Educação Física Escolar, buscando encaminhar projetos que possibilitem debates referentes ao lazer, esporte e Educação Física Escolar, de seminários, de cursos de atualização para professores, da realização dos jogos escolares e festivais e todos os projetos desta área realizados com os alunos.

A Coordenadoria de Esportes tem o papel de reestruturar o Esporte Municipal, que se encontrava desestruturado tanto na organização como no desenvolvimento, em que várias instituições promoviam copas e campeonatos sem nenhum planejamento prévio. Busca-se, desta forma, estimular a prática desportiva em várias modalidades e faixas etárias, oportunizando o acesso a toda comunidade.

O trabalho com os jogos desportivos não é apenas manifestado visando o alto rendimento e o esporte de representação, mas principalmente o esporte educacional e o de participação, onde todos têm a mesma oportunidade de vivenciar e aprender os desportos de maneira igualitária e participativa. Também o trabalho realizado pelas Coordenadorias em conjunto com as Associações Comunitárias é de intenso valor, pois aproxima a comunidade do governo.

De acordo com o depoimento dos membros da SMEL, a intenção do trabalho integrado entre

as coordenadorias é de superar o que foi constatado no diagnóstico da área no início da gestão, quando as ações eram voltadas somente para a realização de eventos, evidenciando-se o esporte de rendimento, e apresentar uma proposta que garantisse a permanente participação da comunidade na definição das políticas públicas e a inversão de prioridades sociais. Entretanto, as Coordenadorias sofrem algumas dificuldades para a implementação e manutenção de seus projetos. A principal é a falta de recursos humanos e orçamentários. Também ocorre a falta de planejamento na construção de espaços físicos para o lazer, devido a demanda muito grande e ao Plano Diretor estar ultrapassado, não atendendo as necessidades do desenvolvimento da cidade. A manutenção e recomposição do almoxarifado do Centro Desportivo Municipal (CDM), assim como a má utilização do mesmo, torna bastante difícil a continuidade de vários projetos. Há também a carência de transporte para os participantes das atividades promovidas, bem como a falta de recursos para a arbitragem dos jogos esportivos realizados.

## Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi buscar compreender as políticas públicas de esporte e lazer no município e analisar como as mesmas

foram adotadas no período de 2001-2004, através da análise e triangulação dos dados colhidos nos documentos e entrevistas dos membros da SMEL.

Constatou-se que as políticas implementadas nas últimas décadas no município de Santa Maria foram insuficientes ou não foram efetivamente focadas no objetivo de generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade da população.

A maior evidência percebida no estudo desta gestão administrativa refere - se à inversão de prioridades, os excluídos passam a ser incluídos, com o oferecimento de ações para todos os segmentos (crianças, jovens, adultos, terceira idade, portadores de necessidades especiais) e a descentralização na questão da regionalidade, atendendo a população urbana, da periferia e rural.

A participação da comunidade na execução das políticas públicas, num modelo de co - gestão e parcerias, é aspecto diferencial das outras gestões, juntamente com a criação do OP, onde as prioridades do investimento público são decididas e acompanhadas pela comunidade.

A criação e revitalização de espaços públicos qualificados para o desenvolvimento das políticas de esporte e lazer, o que significou o reconhecimento e a legitimidade do acesso ao direito, efetivou-se atra-

vés do investimento de recursos para disponibilização de instalações esportivas, atendendo as vocações culturais de várias comunidades.

Além das questões estruturais, deve-se enfatizar que a criação de um órgão voltado exclusivamente para o esporte e lazer, a SMEL, direcionou os investimentos para atender a demanda explicitada nos programas de políticas públicas.

Outros pontos a serem destacados referem - se a questão dos recursos humanos, onde verificou-se um aumento da equipe de trabalho e também a reestruturação do Conselho por uma participação mais representativa, com o controle e a fiscalização destas políticas e do investimento público nesta área.

Essa maneira diferente de implementar políticas públicas no município nos leva a indagações: será Santa Maria uma cidade inclusiva em Políticas Públicas de Esporte e Lazer?

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer apresentadas neste documento nos possibilita afirmar que Santa Maria cumpre com a Constituição e outros documentos que garantem o direito e o acesso da população a elas?

Verificou-se que existe um direcionamento que aponta para esta finalidade, entretanto há muito que fazer para a concretização deste objetivo. Para que Santa Maria possa nutrir a esperança de ser uma cidade

inclusiva nas políticas de esporte e lazer, os desafios são vários. O município deve considerar o esporte e o lazer em toda a sua abrangência social, como uma questão de Estado, envolvendo todas as secretarias e seus setores, prevendo uma ação articulada e integrada, para que as práticas esportivas e de lazer venham constituir-se em meios de promoção da população, inclusive melhorando a qualidade de vida e auto-estima dos seus cidadãos.

Não se observa ainda uma interface consistente com os outros setores municipais, os quais desenvolvem atividades afins, o que poderia otimizar as ações da SMEL e contribuir para a concretização dos princípios escolhidos pela Frente Popular como marcas de sua administração: resgate da cidade, participação popular e inclusão social. A legitimidade da SMEL não assenta-se no sentimento de equidade, alguns setores não são levados em consideração e escutados em pé de igualdade com os outros setores municipais. Constata-se que nem todas as secretarias se beneficiam do mesmo tratamento e dos mesmos direitos, mas estão sujeitas às mesmas obrigações, exigências.

Nota-se que há uma resistência às ações que construiriam propostas intersetoriais ou políticas transversais. Ocorreram reuniões entre as secretarias, com o objetivo do levantamento do diagnóstico da

situação do esporte e do lazer na cidade e algumas deliberações, porém houve dificuldade de encaminhá-las devido a fatores como a escassez de recursos orçamentários e humanos. Outra evidência foi a falta de uma cultura de trabalho conjunto numa administração municipal, apesar da busca constante para a reversão desta idéia.

Não foi constatada a presença de instrumentos de avaliação institucional das políticas públicas de esporte e lazer do município em relação à comunidade, apenas existe uma avaliação do governo e há uma desproporcionalidade entre a demanda por serviços públicos de esporte lazer e a capacidade de atendimento dos mesmos por parte do poder público.

O município revela uma situação de carência de agentes sociais, espaços, equipamentos e materiais que facilitem o acesso da comunidade em programas de esporte e lazer da cidade. Não acontecem estudos sistematizados das áreas de espaços públicos para a prática do esporte e lazer, com exceção do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, cujo projeto de Lei está tramitando na Câmara Municipal de Vereadores.

É preciso prover a estrutura pública administrativa do esporte e lazer dos recursos financeiros e técnicos indispensáveis ao seu efi-

caz funcionamento, buscando a qualificação dos gestores e da própria gestão para o trabalho em qualquer comunidade. Neste sentido, constata-se que estudos nesta área possibilitam a abertura para um debate, avaliação e novas reflexões que possam contribuir para avanços nas políticas públicas municipais de esporte e lazer.

## Referências

- AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas de Lazer e Participação Cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre – Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, SP: 2003.
- CARVALHO, A. (Org.). Políticas Públicas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.
- Estatuto do PT, 2001. Disponível em: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br). Acesso: 30 - 09-2004.
- LINHALES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. "O Lazer e o Esporte nas Políticas Públicas" – Palestra ministrada em 27-08-2002, no III Seminário Municipal de Lazer, Esporte e Educação Física Escolar. Santa Maria, RS: 2002.
- MOLINA NETO, V. (Org.). A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS/Sulina, 1999.

Contato  
[tina.sm@brturbo.com.br](mailto:tina.sm@brturbo.com.br)

Recebido: jun/2006  
Aprovado: nov/2006